XV ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI ALICANTE - ESPANHA

DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE: FUNDAMENTAÇÃO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS

JANAÍNA MACHADO STURZA

JOSÉ ANTONIO DE FARIA MARTOS

Copyright © 2026 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU – São Paulo
Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Fernando Passos – UNIARA - São Paulo
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia
Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal
Comunicação:
Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM – São Paulo
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará
Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI – Santa Catarina
Educação Jurídica
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello – UFMS – MS
Eventos:
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo
Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina
Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG
Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direitos humanos e efetividade: fudamentação e processos participativos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Janaína Machado Sturza; José Antonio de Faria Martos; Márcio Ricardo Staffen– Florianópolis: CONPEDI, 2026.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5274-649-8
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Meio ambiente e sustentabilidade: perspectivas globais e locais na agenda 2030

2. Direitos humanos e efetividade. 3. Fundamentação e processos participativos. XV Encontro Internacional do CONPEDI Alicante - Espanha (1: 2026: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XV ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI ALICANTE - ESPANHA

DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE: FUNDAMENTAÇÃO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a coletânea dos artigos científicos selecionados, submetidos e debatidos no Grupo de Trabalho (GT) Direitos Humanos e Efetividade: Fundamentação e Processos Participativos, espaço consolidado de excelência acadêmica voltado à reflexão crítica e à produção de conhecimento na vanguarda do pensamento jurídico contemporâneo.

O escopo deste GT assenta-se sobre um duplo desafio teórico e prático: de um lado, a necessidade de densificar a fundamentação dos Direitos Humanos em tempos de profundas transformações e tensionamentos sociais; de outro, a urgência em desenhar, analisar e validar os processos participativos e as ferramentas institucionais que convertem tais direitos de promessas normativas em realidades tangíveis e efetivas.

Os trabalhos que integram esta publicação refletem a riqueza e a pluralidade desse campo de pesquisa, dividindo-se de maneira equilibrada e interdisciplinar em eixos fundamentais de discussão que refletem a natureza do GT, qual seja, DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE: FUNDAMENTAÇÃO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS.

Boa leitura à todos!

Janaína Machado Sturza

José Antonio de Faria Martos

A GESTÃO DA INDESEJABILIDADE: O NECROLIBERALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA (IM)PRODUTIVIDADE EM CORPOS COM DEFICIÊNCIA

THE MANAGEMENT OF UNDESIRABILITY: NECROLIBERALISM AND THE SOCIAL CONSTRUCTION OF (IM)PRODUCTIVITY IN DISABLED BODIES

Ananda Macedo Chedieck Martins [1]
Ana Beatriz Gonçalves Carvalho [2]
Hamanda de Nazaré Freitas Matos [3]

Resumo

Este artigo investiga, em chave foucaultiana, como a racionalidade neoliberal opera como tecnologia de governo da vida e, ao fazê-lo, produz critérios de normalização que hierarquizam corpos e distribuem diferencialmente a possibilidade de acesso ao trabalho. Sustenta-se que o capacitismo compõe um dispositivo social e institucional de gestão do corpo que não produz, articulável, em certos contextos, e dinâmicas necro políticas de precarização e descarte. Metodologicamente, combina-se revisão bibliográfica crítica (Foucault, Mbembe, Federici, Mendes e Cava) com pesquisa empírica qualitativa, mediante entrevistas semi estruturadas com integrantes da Associação de Discentes com Deficiência da UFPA (ADUFPA), que possuem tipos diversos de deficiência. Também foram utilizados textos da área de teoria crítica da deficiência. A análise indutiva e crítica das narrativas visa identificar categorias de governo do corpo (produtividade, adaptabilidade, normalidade e custo) e repertórios de resistência, em diálogo com a política dos comuns. Argumenta-se que compreender a não empregabilidade como construção social desloca o debate do âmbito meramente administrativo para o campo das racionalidades de poder que definem quais vidas são reconhecidas como plenamente participáveis.

Palavras-chave: Biopolítica, Neoliberalismo, Capacitismo, Empregabilidade, Pessoas com deficiência

Abstract/Resumen/Résumé

This article examines, through a Foucauldian lens, how neoliberal rationality operates as a technology for governing life and, in doing so, produces norms of normalization that hierarchize bodies and unevenly distribute access to work. It argues that ableism constitutes a social and institutional dispositif for managing the “non-productive body”, which, in certain

[1] Advogada. Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Vice Coordenadora Administrativa da Associação de Discentes com Deficiência da Universidade Federal do Pará (ADD - UFPA).

[2] Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA.

[3] Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará.

contexts, can be articulated with necropolitical dynamics of precarization and disposal. Methodologically, the study combines a critical literature review (Foucault, Mbembe, Federici, Mendes and Cava) with qualitative empirical research, based on semi-structured interviews with members of the Federal University of Pará Association of Students with Disabilities (ADD-UFPA) and an online survey. The inductive and critical analysis of narratives seeks to identify categories through which bodies are governed—productivity, adaptability, normality, risk, and cost—as well as repertoires of resistance, in dialogue with the politics of the commons. The article contends that understanding "non-employability" as a social construction shifts the debate beyond a merely administrative frame toward the field of power rationalities that determine which lives are recognized as fully eligible for participation.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Biopolitics, Neoliberalism, Ableism, Employability, Persons with disabilities

1. INTRODUÇÃO

A deficiência (PcD) no Brasil costuma ser narrada como “déficit” de vagas, “falta” de qualificação ou “ineficiência” de políticas de inclusão. Tal explicação, contudo, colapsa quando confrontada com a persistência estrutural dos indicadores e com o próprio arcabouço normativo que, ao menos formalmente, prescreve inclusão, acessibilidade e igualdade de oportunidades.

Os dados oficiais reforçam que o problema não se esgota com a oferta de vagas, pois em 2019, a taxa de participação de pessoas com deficiência na força de trabalho foi de 28,3% (menos da metade da observada entre pessoas sem deficiência, 66,3%); além disso, mesmo quando ocupadas, as PcD se concentram mais em vínculos informais e de menor proteção, com taxa de formalização de 34,3%. Em 2022, a distância permanece com a participação de 29,2% para pessoas com deficiência, contra 66,4% para pessoas sem deficiência (IBGE, 2022).

No cenário contemporâneo, a inserção laboral tem sido reiteradamente apresentada como via privilegiada de reconhecimento social, autonomia material e pertencimento cívico. Entretanto, para pessoas com deficiência, a promessa do trabalho como eixo de inclusão frequentemente se converte em experiência de recusa, subemprego e exigência constante prova de capacidade.

Sobre o tema, ressalta-se que a referida assimetria não se explica por supostos déficits individuais de qualificação ou por falhas de acessibilidade. O regime social de valoração dos corpos que eleva produtividade, eficiência e adaptabilidade à condição de critérios de reconhecimento e inteligibilidade, faz com que diferenças corporais sejam lidas como indícios de custo à dinâmica do trabalho e à vida produtiva.

Nesse contexto, a empregabilidade se torna métrica de utilidade, e a exclusão do trabalho passa a operar como efeito estrutural de racionalidades que normalizam, classificam e hierarquizam a vida. Sob o neoliberalismo, tais racionalidades tendem a combinar a moralização do desempenho com dispositivos de gestão que individualizam responsabilidades e obscurecem as condições materiais de produção da desigualdade.

Desse modo, o "corpo que não produz" é socialmente construído como problema a ser corrigido, tutelado ou descartado, ao mesmo tempo em que se reatualizam formas de invisibilização e estigmatização que restringem o acesso a direitos e a espaços de participação.

À luz desse quadro, este artigo formula a seguinte pergunta-problema: como o necroliberalismo constrói socialmente a ausência de empregabilidade para pessoas com deficiência?

A questão se orienta por uma hipótese crítica segundo a qual o capacitismo pode operar como estratégia de governamentalidade, ao mobilizar técnicas, discursos e práticas que tornam a exclusão administrável e a legitimam como efeito "racional" de parâmetros de produtividade e eficiência, produzindo uma distribuição desigual das condições de vida e das possibilidades de reconhecimento social.

Do ponto de vista teórico, mobiliza-se a noção foucaultiana de biopolítica como chave analítica para compreender tecnologias de poder voltadas à administração da vida. No curso Nascimento da biopolítica, Foucault define a biopolítica como a maneira de "racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população" (FOUCAULT, 2018, p. 431). A partir dessa formulação, sustenta-se que a empregabilidade não é mero atributo individual, mas efeito de racionalidades que governam populações e corpos por meio de normas de desempenho, regimes de visibilidade e matrizes de normalidade, tornando certos corpos "empregáveis" e outros "impróprios" ao mundo do trabalho.

Sob essa égide, a articulação com a necropolítica permite explicitar como a gestão da vida opera, em determinadas configurações, em continuidade com a produção de zonas de morte social e precarização. Mbembe afirma preocupar-se com formas de soberania cujo projeto não é a autonomia, mas "a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações" (MBEMBE, 2018, p. 10-11). No campo do trabalho, a exclusão laboral de PcD pode ser lida como mecanismo

de exposição diferencial à vulnerabilidade, na medida em que precariza trajetórias, limita projetos de vida e aprofunda dependências econômicas e institucionais.

A pesquisa se justifica socialmente porque a "não empregabilidade" implica não apenas ausência de renda, mas também restrição de circulação, fragilização de redes de cuidado, dependência econômica e violência simbólica decorrente da desqualificação cotidiana. Justifica-se academicamente ao contribuir para o diálogo entre teoria social crítica e estudos críticos da deficiência, examinando o capacitismo como dispositivo institucional e cultural que administra a diferença corporal por meio de critérios de eficiência e mérito. No plano pessoal e político, a investigação se ancora no compromisso com uma escuta situada nas narrativas de pessoas com deficiência, preservando a centralidade de suas vozes na formulação do problema e na interpretação dos dados.

Como horizonte crítico, a bibliografia sobre os comuns desloca o imaginário segundo o qual a única forma de existência social plena passa pela adaptação ao mercado. Federici observa que, outro mundo vem surgindo em meio a tanta destruição, desafiando a hegemonia do capital e do Estado (FEDERICI, 2022). Em chave convergente, Mendes e Cava afirmam que "não há comum sem luta pelo comum". Não há luta pelo comum sem subjetividade do comum" (MENDES; CAVA, 2017, p. 206). Tais proposições orientam a leitura de redes coletivas, práticas de cuidado e formas de subjetivação que resistem ao produtivismo e podem reconfigurar os critérios de pertencimento social.

O objetivo geral do artigo é compreender como racionalidades necroliberais, em articulação com tecnologias biopolíticas e necropolíticas, constroem socialmente a ausência de empregabilidade de pessoas com deficiência, produzindo o "corpo que não produz" como figura de gestão, exclusão e hierarquização. São objetivos específicos: (i) delimitar, à luz de Foucault, as categorias de biopolítica, governamentalidade e normalização pertinentes à análise da produção do "corpo empregável" (FOUCAULT, 2018); (ii) articular a contribuição de Mbembe para compreender dinâmicas necropolíticas associadas à instrumentalização de vidas e à produção de precariedade (MBEMBE, 2018); (iii) identificar, nas narrativas empíricas, como o capacitismo opera

por critérios de produtividade, eficiência e normalidade; e (iv) indicar, em diálogo com Federici e com Mendes e Cava, repertórios de resistência e recomposição do social ancorados na interdependência, na cooperação e na luta pelo comum (FEDERICI, 2022; MENDES; CAVA, 2017).

Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa de orientação crítica, combinando análise bibliográfica e produção empírica. A teoria crítica é mobilizada como postura epistemológica que recusa explicações individualizantes e busca situar a experiência no interior de estruturas e dispositivos de poder. A coleta de dados compreende entrevistas semiestruturadas com integrantes da Associação de Discentes com Deficiência da Universidade Federal do Pará (ADD-UFPA), privilegiando temas como barreiras de acesso e permanência no trabalho, experiências de discriminação, exigências de produtividade e adaptação, e estratégias coletivas de enfrentamento.

É importante destacar que para preservar a identidade das interlocutoras, estão sendo utilizadas apenas as iniciais de seus respectivos nomes. Foram um total de três entrevistas realizadas, com duração média de 40 minutos, feitas com associados da ADD que possuem tipos de deficiências diversas (física, visual e psicossocial), bem como níveis de qualificação diferentes e distintas experiências no mercado de trabalho.

A análise dos dados será indutiva e interpretativa, orientada por perspectiva crítica. As narrativas serão examinadas para identificar padrões de normalização, atribuição de valor produtivo e moralização do mérito, bem como formas de resistência, produção de comum e redes de cuidado. Por fim, a relevância do estudo está em deslocar o debate sobre inclusão laboral de PcD do registro estritamente administrativo — centrado em ajustes individuais e cumprimento formal de obrigações — para o registro político das racionalidades que definem quais corpos são reconhecidos como plenamente participáveis, contribuindo para um diagnóstico crítico da governamentalidade necroliberal e para a imaginação de alternativas.

2. CONSTRUÇÃO DO CORPO QUE NÃO PRODUZ

O capacitismo foi construído mediante um processo de evolução histórica e eugenista sofrido por sujeitos com deficiência, a partir da compreensão normalizadora autocrata sobre o padrão considerado normal de corpos. Sob essa ótica, aqueles corpos que não atendem ao ideal de normalidade são considerados disfuncionais, desviantes e, consequentemente, inaptos (DIAS, 2013).

Essa gramática da normalidade, que separa o corpo ato do corpo improdutivo, pode ser compreendida como uma tecnologia de governo, pois a produção no que é considerado normal é, simultaneamente, um modo de administrar populações e legitimar exclusões. Nesse ponto, a discussão se encontra com o conceito de biopoder, uma vez que a norma funciona como critério de hierarquização de corpos e como operador político de gestão da vida (FOUCAULT, 1994).

O capitalismo, em sua fase neoliberal, opera mediante dispositivos de biopoder, onde a norma não é apenas biológica, mas econômica. A gestão da vida passa a ser organizada por métricas de desempenho, eficiência e adaptabilidade, de modo que a deficiência é frequentemente lida como custo a ser compensado individualmente. Em Foucault (1994), a ideia de biopoder se delineia a partir de uma inflexão no modo de exercício do poder, isto é, do poder soberano, caracterizado pelo direito de vida e morte.

Enquanto o poder do soberano é simbolizado pelo gládio, pelas guerras e pela execução dos súditos, a partir dos séculos XVII e XVIII (em um contexto de multiplicação populacional e de exigência de novas formas de governamento) o foco desloca-se para a administração e otimização da vida. Trata-se de um poder que tende a fazer viver e deixar morrer, reorganizando, portanto, o léxico político-jurídico em torno da vida como problema de gestão (Foucault, 1994; Mbembe, 2018). Nesse sentido, o corpo considerado normal é aquele capaz de vender sua força de trabalho; em contrapartida, o corpo com deficiência é lido como uma espécie de falha.

No âmbito do mercado de trabalho, a análise dos impactos do capacitismo exige compreender sua construção social em uma sociedade organizada segundo um modelo capitalista produtivista. Pois, para uma pessoa ter valor em uma sociedade obcecada no utilitarismo, deve ter o poder de converter o próprio corpo em desempenho. Lógica que decorre da própria base de estruturação do capitalismo, centrada na produção e acumulação de capital por meio do trabalho e da geração de mercadorias. Nesse contexto,

Federici (2023, p. 25) aduz que um dos principais projetos do capitalismo foi a transformação de nosso corpo em máquina de trabalho.

Pela lógica do biopoder, o corpo da pessoa com deficiência seria naturalmente contraproducente, visto que as limitações decorrentes da condição supostamente afetariam seu potencial de produtividade. A deficiência, então, é capturada como problema de eficiência e não como diferença socialmente acomodável mediante acessibilidade e reorganização do trabalho.

Isso se reflete nos termos utilizados pelo sistema jurídico e pela medicina para classificar tais pessoas, que são referidas como "inválidas", "incapazes", sendo tidas como uma forma de vida dependente e inferior. É importante ressaltar que a biologia é de certa forma política, visto que tem sido usada de forma tão pertinente e tão negativa contra grupos como mulheres e pessoas com deficiência, que se torna impossível falar da biologia como ciência neutra e sem preconceitos (FEDERICI, p. 77, 2023)

Toda essa construção social do corpo indesejável e improdutiva é refletida nos relatos colhidos mediante as entrevistas, que destacam como pessoas, mesmo com deficiência diferentes, passam por prejulgamentos em função da deficiência.

É o caso de J.D, que mesmo já tendo seu diagnóstico como autista, sentiu a necessidade de mascarar quando trabalhou em vagas abertas para a ampla concorrência em uma rede de cinemas com atendimento ao público, pois a presença de sua deficiência a tornaria um alvo maior de agressões, visto o comum entendimento da empresa de que atender pessoas com deficiência era atrair problemas.

> O ambiente se mostrava reativo às pessoas autistas, tratavam PcDs (por terem gratuidade), com pessoas que trariam potenciais problemas, sendo difíceis de lidar. Senti todo o ambiente reativo com PcD, faziam piadinha o tempo todo. Não pude me posicionar, tinha medo não ser identificada, senti que agia como uma espiã. Os colegas poderiam usar o TEA como justificativa para me discriminar.

Nota-se por meio do relato de J.D o choque da experiência de um corpo com deficiência (mesmo que "invisível") e um corpo que corresponde aos padrões de normatividade e não sente que precisa viver em constante estado de autovigilância.

O ato de mascarar é quando uma pessoa neuroatípica[1] de maneira consciente ou inconsciente esconde seus traços neurodiversos, por exemplo deixando de fazer estereotipias[2], para ter maior passabilidade social. A camuflagem pode impor muitas dificuldades aos indivíduos autistas, incluindo depressão, ansiedade e esgotamento. Além disso, também pode levar a um diagnóstico tardio, o que os impede de receber cuidados adequados (Alaghband-Rad; Hajikarim-Hamedani; Motamed, 2023).

Enquanto J.D com deficiência invisível e com baixo suporte tinha que fingir não ter qualquer limitação para se manter no emprego e garantir sua subsistência, A.C que é cega e não tinha como esconder o fato, sentia que nunca lhe consideravam passar tarefas mais desafiadoras. Isso ocorria devido ao prejulgamento de uma suposta incapacidade laboral, mesmo que sua deficiência não a limitasse quando nesse aspecto. Esta é a lógica capacitista que opera na criação de uma cultura que percebe os corpos com deficiência como vulneráveis, frágeis, predatórios, legitimando assim a violência e controle sobre esses corpos (Garland-Thomson, 1997).

> "Eu me sentia privilegiada porque outras pessoas com deficiência visual não tem sequer uma oportunidade, como eu tive. Mas por outro lado, apesar das oportunidades existirem, as empresas não estão preparadas para trabalhar com PcDs. É uma questão de capacitismo, na empresa me passavam o que era mais fácil para fazer, não tinha desafio. No jovem aprendiz precisavam cumprir a cota, achavam estar fazendo o bem com pessoas com deficiência, mas eu estava mais fazendo nada do que algo especificamente".

O ato de passarem sempre as tarefas de menor complexidade, sem que considerem as habilidades de A.C é uma forma clássica de capacitismo. Esse comportamento de infantilização é ofensivo, pois nega a autonomia do indivíduo com deficiência, ignora sua existência e pode implicar que essa pessoa não se importa ou não tem nada valioso a comunicar (Stollznow, 2022).

---

[1] Pessoa inserida no espectro da neurodiversidade, como TEA, TDAH, Dislexia, etc…

[2] Estereotipias, ou "stins" são movimentos estereotipados e repetitivos que pessoas neurodiversas fazem como maneira de expressar emoções ou se autorregular. Enquanto algumas formas de stim podem ser socialmente aceitas, outras podem ser percebidas como incomuns, e muitas vezes são mal interpretadas por pessoas neurotípicas (KAPP, 2019).

A experiência de K.S também reforça a luta de pessoas com deficiência, sobretudo de corpos com doenças crônicas, em terem que se enquadrar em um sistema que não prevê qualquer humanidade ou espaço para respiro. Visto que, sendo uma mulher com deficiência física causada por uma doença rara, percebia que não podia se limitar em espaços que não a comportavam.

A pessoa com deficiência não performa o esperado dentro do mercado de trabalho, com as suas necessidades de acessibilidade e acomodação sendo muitas vezes incompatíveis com a lógica produtivista. Destaca-se a entrevista de K.S que relata como a sua deficiência física, causada por uma doença rara, tornava seu corpo contrário ao ideal da produção.

> "Quando eu comecei a sentir os sintomas físicos muito acentuados no meu corpo, sequelas que, ao longo do tempo, me causaram... eu percebi o quanto era difícil para um corpo como o meu — um corpo com deficiência, um corpo com doença crônica — estar em ambientes laborais, estar trabalhando, estar exercendo uma força produtiva. Ser produtivo para um corpo como o meu era algo inimaginável. Isso foi muito frustrante, principalmente no início."

> "Será que esse corpo meu — falando por mim — que tem essas especificidades, que é um corpo de uma pessoa que tem uma doença crônica, ele se enquadra? Mas, enfim, a gente faz o que pode, né? E isso afeta um pouco quando a gente pensa que não se enquadra. Mas também, a partir do entendimento que a gente tem de si, das nossas qualidades, dos nossos valores, a gente entende também que, mais do que esses padrões, a gente também tem qualidades e potenciais, assim como qualquer outra pessoa."

Por meio disso é notório que a construção do social do corpo improdutivo ocorre mais em detrimento de um sistema falho, desigual e que não prevê ou respeita a diversidade humana, do que em função das limitações apenas nas deficiência.

Por essa razão os movimento das pessoas com deficiência utilizam o modelo social que entende que essas dificuldades não apenas são de caráter biológico, mas principalmente social, feito por uma sociedade que apenas compreende e respeita corpos que funcionem de maneira padronizada e possam se "encaixar" nos perfis previstos.

Corpos com deficiência são alvos da corponormatividade, que enxerga seus corpos de maneira predatória. A questão do corpo se torna uma questão de normatividade e,

portanto, de política, onde o que é considerado 'normal' é um valor social que se manifesta em práticas de poder (Butler, 2003).

Um exemplo é o caso do Transtorno do Espectro Autista, que mesmo sendo uma deficiência invisível se torna um alvo das regras sociais de corpo normatividade. A questão do corpo se torna uma questão de normatividade e, portanto, de política, onde que é considerado 'normal' é um valor social que se manifesta em práticas de poder (Butler, 2003).

Consequentemente, pessoas com deficiência continuam a ser alvo de discriminação, opressão e alienação generalizadas, não tanto por suas diferenças, mas porque sua performatividade do ser corporificado expõe o imaginário psicossocial que sustenta a compreensão modernista do que é ser um humano adequado (Shildrick, 2012).

3. O CAPACITISMO COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTALIDADE

A leitura foucaultiana do biopoder permite compreender como a norma organiza a gestão dos corpos e das populações, definindo padrões de utilidade e produtividade ao mercado. Contudo, a gramática contemporânea do governo neoliberal é representada pela categoria da necropolítica, a qual evidencia que a administração da vida convive com dispositivos que produzem ativamente a morte, sobretudo quando articulados ao racismo estrutural, à reativação de formas de soberania e ao estado de exceção (Mbembe, 2018**)**. Sob a égide da governamentalidade, a raça e outros marcadores de diferença operam como critérios materiais de políticas que expõem determinados grupos a condições permanentes de precarização e violência. (Foucault, 1994; Mbembe, 2018).

No neoliberalismo, esse regime se sustenta por um conjunto de dispositivos e estratégias que governam os corpos por meio de classificações, sendo a lógica do mercado um regime de verdade que se apresenta como indiscutível e que autoriza um cálculo de vida. É nesse ponto que o capacitismo se conecta ao necroliberalismo (Deluchey, 2025), isto é, o corpo com deficiência, quando lido como falha na cadeia produtiva, tende a ser deslocado da esfera de proteção para o campo daquilo que é descartável.

Dessa forma, o necroliberalismo, aqui, designa a forma pela qual essa governamentalidade neoliberal se articula a uma política de morte social. Não é somente "fazer viver", mas gerir o descartável, administrar quem será empurrado para zonas de precariedade e invisibilidade. Em Mbembe (2021), a soberania se expressa como poder de "ditar quem pode viver e quem deve morrer". No que tange às pessoas com deficiência, como A.C, K.S e J.D, estas são tidas como descartáveis e mantidas em condições precárias no mercado de trabalho que apenas abre o espaço quando é possível se passar por uma pessoa sem deficiência, como foi o caso de J.D.

Um exemplo claro disso é o fato de que o grupo de pessoas com deficiência é o que está mais afastado do mercado de trabalho (IBGE, 2022). A participação reduzida das PcD na força de trabalho, bem como maior desocupação e menor formalização, indicam barreiras persistentes de acesso e permanência. Em outras palavras, o mercado seleciona produzindo uma população estruturalmente sub-representada e mais precarizada.

O relato de K.S também demonstra o peso que o discurso produtivista para pessoas com deficiência, pode impactar significativamente em seu senso de valor e precarizar a saúde mental, sendo um sintoma de uma moral econômica que coloniza a vida, convertendo o trabalho em medida de humanidade quando pergunta: "Um ser que não é produtivo, ele tem valor?"

> "Em geral, as minhas experiências... como respondi numa das questões, elas foram marcadas por muita frustração, sabe? De querer ter qualquer trabalho. Eu queria ter qualquer renda, independente da valorização, do reconhecimento. Eu queria ser produtiva. Eu queria mostrar que estava fazendo algo, que eu estava me dedicando, porque o não fazer nada, o ser improdutiva, me deixava depressiva.
>
> Logo após formada, eu tive que tomar medicamentos para ansiedade, para depressão, porque eu queria trabalhar e não tinha espaço no mercado de trabalho. De ambientes que se adequassem à minha realidade naquele momento, às condições do meu corpo, às minhas condições psicológicas também. Então, as vivências que eu tenho, que vêm primeiro na minha mente, são essas: de exclusão, de frustração. De querer estar trabalhando, exercendo o ofício, querendo me sentir produtiva, e não conseguir. Seja pelos sintomas físicos, seja pela própria

> estrutura da sociedade que não era adequada às especificidades do meu corpo. Foi um processo difícil."

Essa auto cobrança pela produtividade, bem como o sentimento de precisar se esforçar mais do que pessoas sem deficiência, também marcou a experiência de A.C.

> "Para mim o que é mais valorizado no mercado de trabalho é demonstrar um esforço, às vezes além do que uma pessoa sem deficiência. Tem que se esforçar mais para tentar estar no mesmo nível e garantir oportunidades mais vantajosas dentro do mercado de trabalho. PcD tem que se esforçar mais, mas contraditoriamente os desafios são dados mais fáceis para pessoas com deficiência, como se estivessem minimizando a capacidade. "

A exclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é tanta que pessoas com deficiência invisível, como é o caso de J.D se sentem obrigadas a esconder suas limitações para conseguir uma vaga, como disse a interlocutora:

> "Fui contratada para trabalhar como CLT temporária em uma empresa de cinema. Foi uma experiência angustiante, sobretudo com pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência bem visível nem passam da entrevista, para pessoas TEA, dependendo do nível de suporte é um jogo, tem que tentar a vaga para sobreviver."

> "Não via nenhuma pessoa com deficiência e ninguém do trabalho sabia da minha deficiência. Tive medo que isso representasse ameaça para o trabalho. Tentava mascar ao máximo, mas sabia que iriam notar com o tempo, era taxada de ansiosa, apressada, distraída, bestinha. Trabalhei na bomboniere, setor de vendas, tendo que me comunicar bem, olhar no olho, isso era difícil devido ao autismo."

Portanto, é notório como o capacitismo configura mais um filtro institucionalizado do que um prejulgamento pessoal, sendo utilizado sistematicamente para afastar pessoas com deficiência do mercado de trabalho. Nota-se, como na sociedade de racionalidade neoliberal o capacitismo deixa de ser apenas preconceito interpessoal e funciona como um conjunto de ideias e práticas que presumem a capacidade como padrão, construindo sujeitos deficientes como custosos.

4. A NECROPOLÍTICA DA NÃO-EMPREGABILIDADE

Ademais, considerando que corpos com deficiência são socialmente tidos como improdutivos e são descartados pela lógica de exigência de desempenho do neoliberalismo, é pertinente explicar a maneira como é gerida essa política de descarte, mediante o abandono estrutural dessas pessoas. Nesse sentido, a não empregabilidade de pessoas com deficiência ocasiona a sua morte social, ante a necessidade de ter renda para conseguir subsistir em um sistema capitalista.

Em função desse sistema, pessoas com deficiência raramente são vistas em posições que dependem de maior formação ou entendidas como alguém que pode ocupar a liderança. Após entender a construção social do capacitismo e sua relação com a lógica do biopoder, podemos nos relacionar com o sistema liberal. Para isso, é necessário observar como a racionalidade neoliberal opera como tecnologia de governo, ao deslocar o social para o registro da competição, tornando indivíduos responsáveis por administrar seus próprios riscos e convertendo direitos em "ativos" condicionados à performance.

Para explicar a relação da deficiência com o necroliberalismo, podemos utilizar a Ética do Bote Salva-vidas, um dilema filosófico no qual há 50 pessoas em um bote salva-vida que possuí 60 lugares e outras 100 pessoas estão se afogando no mar ao redor, então se questiona: Como podemos selecionar essas 10 pessoas?

O corpo de K.S tem uma doença rara que a limita fisicamente, não se pode esperar dela a mesma produção de corpos que são tidos como "saudáveis", logo, ela nunca seria selecionada para estar nesse bote se fosse utilizada a lógica neoliberalista.

A.C, sendo uma mulher cega, também não seria apta a adentrar, J.D poderia até subir ao bote, mas teria que forçar agir de acordo com os padrões de "normalidade", mesmo à custo de sua saúde física e mental, caso contrário correria o risco de ser empurrada para fora. Dessa maneira é construída política da morte, que separa discriminatoriamente os corpos que têm direito à vida com base em um valor socialmente agregado.

A presunção da incapacidade da pessoa com deficiência faz parte do imaginário popular permeado pela lógica capacitista, que não consegue ver o PcD em um lugar de autoridade. Essa premissa perpassa a narrativa de K.S, que mesmo já tendo o título de mestre pela universidade, era julgada incapaz pela deficiência:

> “Então, recebi portas na cara. Em faculdades... já participei de entrevistas em faculdades pela reserva de vagas, por exemplo. Já formada, já tinha título de Mestre, e quando eu fui participar da entrevista, por ser PCD, achavam que eu estava concorrendo à vaga de serviços gerais, auxiliar de serviços gerais. Sendo que não, eu achava que, mesmo sendo PCD, eu poderia concorrer a uma vaga como professora, por exemplo. Essa foi uma situação que aconteceu.

Outrossim, o “deixar morrer”é uma tecnologia de governo de um sistema que não proíbe o acesso, mas omite condições materiais mínimas, tornando a inclusão formalmente existente e materialmente inviável.

A exclusão sistemática integra a lógica capacitista quando esta opera como engrenagem ordinária da governamentalidade necroliberal. Ela não depende, necessariamente, de uma interdição explícita, pois pode ser produzida por omissões persistentes no plano material, institucional e infraestrutural. Nessa chave, o deixar morrer não se manifesta como ato direto de eliminação, mas como a manutenção contínua de condições que inviabilizam a participação, deslocando para o indivíduo a responsabilidade por superar barreiras que são socialmente fabricadas e politicamente toleradas.

É o caso do relatado por K.S quanto a falta de acessibilidade física necessária para garantir sua participação completa na sociedade que omite condições materiais mínimas, tornando a inclusão formalmente existente e materialmente inviável.

> “Fui concorrer a uma vaga numa empresa em [Município], só que, para eu chegar nessa empresa, eu tinha que — na época não tinha veículo — eu teria que pegar vários transportes públicos, andar não sei quantos quarteirões para chegar ao local de manhã cedo. Assim, sem estrutura nenhuma de acessibilidade. E eu desisti da vaga por isso. Então, mais um exemplo de que, quando não se tem acessibilidade, quando o ambiente não é inclusivo, não adianta a gente ter qualificação, formação, se a gente não vai conseguir exercer de fato o nosso ofício.”

Essa dimensão aparece com nitidez no relato de Kamilla quando descreve a exclusão como efeito acumulado de barreiras concretas que não são removidas pelo Estado e pelas organizações. A falta de transporte, a ausência de rampas e a inexistência de condições mínimas de circulação compõem um ambiente que restringe o acesso ao trabalho antes mesmo que a seleção formal comece. Quando K.S sintetiza que a falta de acessibilidade produz exclusão e constitui um sistema excludente, ela nomeia um

mecanismo que atua no nível das condições de possibilidade. Não se trata apenas de recusar a pessoa com deficiência no momento da contratação. Trata-se de organizar o espaço social de modo que a presença se torne custosa, improvável e, por fim, naturalizada como exceção.

A engrenagem do capacitismo, nessa camada, opera como política de normalização do abandono. Ainda que exista um arcabouço normativo robusto que prescreve acessibilidade e igualdade de oportunidades, o intervalo entre a norma e a experiência cotidiana não pode ser reduzido à ideia de descumprimento isolado. A distância reiterada entre promessa e materialidade passa a funcionar como parte do próprio regime de governo, porque preserva a linguagem pública da inclusão ao mesmo tempo em que mantém, no terreno concreto, a triagem que expulsa corpos não conformes ao circuito produtivo. A acessibilidade, assim, deixa de ser um detalhe técnico e se revela como problema político, pois delimita quem pode circular, permanecer e competir em condições minimamente equivalentes.

Como consequência há total esgotamento dos corpos, mesmo os que são tolerados, como foi o caso de J.D, que se esvai para conseguir permanecer na vaga. Assim a permanência não é inclusão, mas extração máxima.

> "Mascarei do primeiro dia até o último."
> "Me sentia extremamente esgotada."

Essa forma de gestão por negligência também reconfigura a temporalidade do trabalho. A pessoa com deficiência precisa gastar energia antes do trabalho, durante o trabalho e depois do trabalho para lidar com os obstáculos que o ambiente produz. O que se apresenta como neutralidade organizacional, na prática, converte-se em sobrecarga estrutural. A exclusão, portanto, não é somente ausência de vaga. Ela se expressa como produção social de cansaço, dependência, risco e vulnerabilidade, com efeitos diretos sobre a autonomia e sobre a saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida por esta investigação permite concluir que a não empregabilidade da pessoa com deficiência no Brasil pode ser compreendida à luz da biopolítica de Foucault e da necropolítica de Mbembe, revelando que a exclusão laboral

opera como uma tecnologia de governo denominada necroliberalismo. Este regime não apenas gere a vida, mas administra a indesejabilidade, produzindo ativamente a descartabilidade de corpos que falham em performar a eficiência exigida pela racionalidade de mercado.

As narrativas de pessoas com deficiências materializam esse dispositivo, o qual reafirma uma hierarquia onde o corpo com deficiência é tolerado, mas jamais plenamente reconhecido. A política de abandono nega as condições de deslocamento e acesso, converte a exclusão em um destino naturalizado.

Fica evidente, portanto, que a gestão da deficiência sob o neoliberalismo oscila entre a exploração da exaustão (para os que conseguem entrar, a custo de sua saúde) e a condenação à invisibilidade (para os que são barrados). O capacitismo, nessa chave, estrutura e legitima o abandono estatal, transferindo para o indivíduo a culpa por sua própria improdutividade fabricada.

As estratégias de sobrevivência narradas pelas interlocutoras, demonstram indícios de uma perspectiva dos comuns aposta na interdependência radical. Reconhecer que todos os corpos são vulneráveis e dependentes desloca a deficiência do lugar de falha para o de condição humana compartilhada.

REFERÊNCIAS:

ALAGHBAND-RAD, J.; HAJIKARIM-HAMEDANI, A.; MOTAMED, M. **Camouflage and masking behavior in adult autism.** Front Psychiatry, v. 14, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpsyt.2023.1108110. Acesso em: 23 out. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELUCHEY, Jean-François. **"Necroliberalismo: O Governo Neoliberal e Neocolonial das Vidas"**. In Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, v. 58, n. 114, jul./jun./2025, s.n..

DIAS, A. **Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa social.** Anais do I Simpósio Internacional de Estudos Sobre Deficiência – SEDPcD/ Diversitas/ USP Legal – São Paulo, junho/2013.

FEDERICI, Silvia. **Além da Pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Elefante, 2023

FEDERICI, Silvia. CAFFENTZIS, George. **"Os Comuns contra o capitalismo e além dele".** In FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo. Feminismo e a política dos Comuns. São Paulo: Elefante. 2022. p. 150-169.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Lisboa: Relógio d'Água. 1994.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica.** Lisboa: Edições 70, 2018. Aula de 17 de janeiro de 1979.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Extraordinary Bodies: **Figuring Physical Disability in American Culture and Literature.** New York: Columbia University Press, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego e informalidade são maiores entre as pessoas com deficiência. Brasília, DF: IBGE, 21 set. 2022.** Agência de Notícias. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34977-desemprego-e-informalidade-sao-maiores-entre-as-pessoas-com-deficiencia. Acesso em: 14 jan. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda.** Brasília, DF: IBGE, 07 jul. 2023. Agência de Notícias. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda. Acesso em: 14 jan. 2026.

KAPP, Steven K. **Autistic Community and the Neurodiversity Movement: Stories from the Frontline.** Singapore: Palgrave Macmillan, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** São Paulo: n-1 edições. 2018.

MENDES, Alexandre. CAVA, Bruno. **A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo**. Rio de Janeiro: Revan. 2017. Cap.1 A tragédia do comum de Garrett Hardin. p. 49-64.

SHILDRICK, Margrit. **Critical disability studies: rethinking the conventions for the age of postmodernity.** In: GOODLEY, Dan; HUGHES, Bill; DAVIS, Lennard (Eds.). Disability and Social Theory: New Developments and Directions. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 30-41.

STOLLZNOW, Karen. **The Infantilization of Elders and People With Disabilities.** Disability Advocacy Resource Unit (DARU), 2022. Disponível em: https://www.daru.org.au/resource/the-infantilization-of-elders-and-people-with-disabilities#:~:text=Infantilization%20is%20often%20a%20form.